

Uma visão humana da floresta amazônica

Obra do antropólogo norte-americano Charles Wagley merece ser lida e relida, tendo em vista a Amazônia atual

Em 1953, Jânio Quadros foi eleito prefeito de São Paulo, com 284 mil votos, e Emilinha Borba, Rainha do Rádio, com 1 milhão. O Brasil era então um país adolescente: tínhamos melhores fãs do que eleitores. Nesse mesmo ano, o antropólogo norte-americano Charles Wagley publicou um estudo seminal sobre a região amazônica, “Amazon Town, A Study of Man in the Tropics” (New York, Macmillan, 1953). A obra completa 50 anos e merece celebração. Merece, também, ser lida, ou relida, tendo em perspectiva a Amazônia no tempo presente.

Wagley fez parte do Departamento de Antropologia da Universidade Columbia, onde foi aluno de Franz Boas – fundador, ao lado de Alfred Kroeber, da Antropologia Cultural, corrente que inaugurou o chamado relativismo cultural. No Brasil, o mais conhecido e celebrado aluno de Boas foi Gilberto Freyre, cuja tese de mestrado, defendida em 1929 na mesma universidade Columbia, inspirou sua obra mais conhecida, “Casa Grande & Senzala”.

Na década de 50, a antropologia norte-americana, em especial a que se praticava na Universidade Columbia, estava voltada aos chamados estudos de comunidade. Já não se tratava mais, então, de observar as sociedades primitivas (até porque, àquela altura, já não haviam muitos povos ou sociedades a serem “descobertos” no planeta) mas as sociedades tradicionais. É nesse contexto que se inscreve “Amazon Town”, cuja primeira versão em português seria lançada já em 1956 pela Civilização Brasileira, com o título “Uma Comunidade Amazônica, Estudo do Homem nos Trópicos”. A comunidade em questão chama-se Itá – nome fictício, assim como o dos depoentes. Os acontecimentos, não. São registros da observação de campo do antropólogo, nos anos em que conviveu, de forma intermitente, com uma pequena comunidade ribeirinha as margens do Amazonas.

Em seu estudo, Wagley descreve o impacto desagregador do modelo econômico planejado a partir do centro político do País, e amplamente adotado pela elite local, baseada na monocultura e na produção de matérias-primas para mercados distantes. No campo da medicina e das práticas curativas, por exemplo, Wagley registra a rápida substituição de ervas, cascas e raízes, antes transformadas em tisanas, fumigações e unguentos, por medicamentos industrializados – reservados, contudo á elite. Denúncia, também, a penúria do

homem da região Norte do País em uma sociedade ainda fortemente discriminatória. Antecipando-se à crítica lançada contra o relativismo esquemático e imobilizador de seus contemporâneos, Wagley conclui que compreender e respeitar os modos de vida e o conhecimento das populações tradicionais não basta para garantir ao homem amazônico um lugar no futuro. É necessário, diz o autor, aliar ao saber tradicional as forças produtivas da técnica e da ciência moderna. “Se é que o Brasil deseja sinceramente desenvolver a Amazônia, o País vai ter que investir no efetivo humano-científico”.

A despeito dos investimentos que, nas últimas quatro décadas, tem sido destinados à Amazônia, pouca coisa mudou em relação a situação descrita por Wagley. Ao contrário, o que se verifica é que a Amazônia e sua população continuam à margem da história, parafraseando o título de outra obra não menos fundante, de Euclides da Cunha. Diante disso – e das mudanças ocorridas no País, nas últimas duas décadas, em resultado do intenso fluxo migratório de capitais especulativos, bem como da mundialização dos mercados – cabe perguntar que lugar estará reservado para a Ita de Wagley, bem como para as centenas de cidades, vilas e comunidades amazônicas, nos anos e décadas vindouros.

Se implantado o programa “O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil”, da coligação que elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (em grande parte inspirado na bem-sucedida experiência levada a termo por setores da sociedade civil organizada, lideranças políticas e empresarias e, principalmente, pelo governo do Estado do Acre, eleito para um segundo mandato) é possível que o povo amazônico encontre o seu lugar na história. Lançado na cidade de Belém, em setembro de 2002, o programa apresenta propostas simples e, talvez por isso mesmo, viáveis, que dependem menos de grandes investimentos e obras monumentais – e de espírito patriótico – que da organização da sociedade e das comunidades da região, em torno de um novo arranjo produtivo, mais racional e sustentável.

No plano da utilização dos recursos naturais e simbólicos da região, para ficar com dois exemplos, esse arranjo planeja promover uma economia diversificada, com base na agricultura, no extrativismo e na pesca, tanto na dimensão da economia familiar quanto dos grandes projetos agro-industriais. O que se busca é substituir o modelo primário-exportador por outro, que proporcione melhor integração com os mercados e promova maior agregação de valor aos encadeamentos produtivos já existentes, bem como aos que vierem a ser criados – seja por meio da aplicação prática dos conhecimentos tradicional e científico, seja pela adoção de novas tecnologias de manejo e produção. Já no plano simbólico, trata-se de explorar comercialmente o riquíssimo patrimônio

cultural dos povos amazônicos, garantindo aos indígenas e às comunidades tradicionais o direito à propriedade sobre a sua obra, e a mais justa remuneração por sua criação.

E a base para tanto, ainda segundo o mesmo programa, está no investimento nos habitantes da Amazônia: “Investimentos em saúde, educação, profissionalização, capacitação e fortalecimento tecnológico e científico, e medidas para melhorar a qualidade de vida nas cidades, vilas e áreas rurais”. Dentre as propostas específicas para promover essas melhorias, encontram-se a criação de centros de treinamento prático em manejo florestal, o incremento de pesquisas nos centros de formação superior situados na região e a reforma curricular do ensino básico e médio, com a inclusão de disciplinas voltadas à educação ambiental e à proteção legal dos direitos autorais coletivos, entre outras.

Com isso, é possível que a região e o povo amazônico superem um modelo econômico e social que resultou, entre outras graves distorções, na destruição ambiental, exclusão social, desestruturação dos meios de produção social e econômica das populações locais, bem como em uma enorme concentração fundiária – conforme Wagley já havia diagnosticado, há 50 anos.

A Amazônia e o Brasil enfrentarão um desafio sem paralelo. Como assinala o documento, “nenhum outro país do mundo entrou no século XXI com 50% do seu território coberto por florestas tropicais”. Os sinais são promissores. Afinal, nos últimos 50 anos, melhoramos muito como eleitores, a ponto de, na história mais recente, termos eleito governos comprometidos com a soberania nacional, o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Gazeta Mercantil, Caderno Fim de Semana, Sexta-feira, 13, e fim de semana, 14 e 15 de junho de 2003, Página 4.